

ADAAP – Associação dos Artistas Amigos da Praça

Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2014 e 2013

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	5
Demonstrações de resultados	6
Demonstrações de resultados abrangentes	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras	10



KPMG Assurance Services Ltda.
R. Dr. Renato Paes de Barros, 33
04530-904 - São Paulo, SP - Brasil
Caixa Postal 2467
01060-970 - São Paulo, SP - Brasil

Central Tel 55 (11) 2183-3000
Fax Nacional 55 (11) 2183-3001
Internacional 55 (11) 2183-3034
Internet www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Conselheiros e Administradores da
ADAAP – Associação dos Artistas Amigos da Praça
São Paulo – SP

Examinamos as demonstrações financeiras da ADAAP – Associação dos Artistas Amigos da Praça (“Associação”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Associação é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Associação para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Associação. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.



Base para opinião com ressalva

Conforme mencionado na nota explicativa 2f, durante o exercício de 2014, a Associação reconheceu no resultado do exercício, referente a exercícios anteriores, o reconhecimento das subvenções e assistências governamentais, seguindo as orientações da Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1409/12, o qual define que as subvenções governamentais devem ser apresentadas como receita diferida, em conta específica do passivo. O efeito total de anos anteriores registrado no resultado do exercício foi de R\$ 2.906.504, registrado em contrapartida nas rubricas de "Projetos a executar" no montante de R\$1.344.076 e "Obrigações com o Estado - Imobilizado" no montante de R\$ 1.562.428 no passivo.

As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, originalmente emitidas em 14 de janeiro de 2014, não estão sendo reapresentadas em conformidade com o CPC nº 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, em decorrência dessa correção. Caso a Associação tivesse registrado os efeitos contábeis decorrentes dessa correção de acordo com os requerimentos previstos no CPC nº 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, o saldo de patrimônio líquido seria reduzido e os saldos de "Projetos a executar" e " Bens públicos em nosso poder" no passivo seriam aumentado em R\$1.344.076 e R\$ 1.562.428, respectivamente, em 31 de dezembro de 2013. Desta forma, as demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, apresentadas para fins de comparabilidade, não estão apresentadas seguindo as práticas contábeis brasileiras e, conseqüentemente, divergem, em sua apresentação, das demonstrações financeiras apresentadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

Opinião com ressalva

Em nossa opinião, exceto pela correção de anos anteriores reconhecido no resultado do exercício e pelo assunto referente a comparabilidade dos valores correspondentes ao exercício de 2013, descritos no parágrafo Base para opinião com ressalva, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da ADAAP – Associação dos Artistas Amigos da Praça em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos

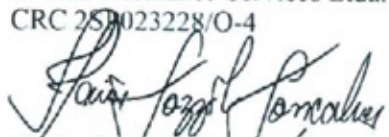
Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado de 14 de janeiro de 2014, que não conteve nenhuma modificação.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2015

KPMG Assurance Services Ltda.

CRC 250023228/O-4


Flavio Gozzoli Gonçalves

Contador/CRC 1SP290557/O-2

ADAAP – Associação dos Artistas Amigos da Praça

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Valores expressos em reais)

Ativo	Nota	2014	2013	Passivo	Nota	2014	2013
Recursos vinculados a projetos	4	2.670.470	2.149.277	Fornecedores		104.840	127.634
Estoques		40.578	53.218	Projetos a executar	6	1.587.470	-
Outros créditos		92.207	228.518	Salários, férias e encargos sociais	7	818.003	709.920
Total do ativo circulante		2.803.255	2.431.013	Impostos a recolher		24.079	29.601
				Outras contas a pagar		268.863	219.782
				Total do passivo circulante		2.803.255	1.086.937
Imobilizado	5	1.651.642	1.480.596	Obrigações com o Estado - Imobilizado	6	1.711.209	-
Intangível		59.567	81.832				
Total do ativo não circulante		1.711.209	1.562.428	Total do passivo não circulante		1.711.209	-
				Patrimônio líquido			
				Patrimônio social	10	-	2.906.504
				Total do patrimônio líquido		-	2.906.504
Total do ativo		4.514.464	3.993.441	Total do passivo		4.514.464	3.993.441

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ADAAP – Associação dos Artistas Amigos da Praça

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Valores expressos em reais)

	Nota	2014	2013
Receitas operacionais			
Receitas do contrato de gestão (créditos do Poder Público)		12.962.075	10.000.000
Outras receitas		76.917	690
Rendimentos financeiros		<u>289.563</u>	<u>351.480</u>
Total	6	<u>13.328.555</u>	<u>10.352.170</u>
Despesas operacionais			
Despesa com pessoal	11	(7.511.028)	(7.468.220)
Despesas com prestadores de serviços	12	(2.285.315)	(1.800.075)
Despesas gerais e administrativas	13	(3.201.984)	(2.937.506)
Despesas com depreciação e amortização		(316.649)	(212.705)
Outras despesas	2f.	<u>(2.906.504)</u>	<u>(2)</u>
Resultado antes das despesas financeiras		(2.892.925)	(2.066.338)
Despesas financeiras		<u>(13.579)</u>	<u>(13.071)</u>
Déficit do exercício		<u>(2.906.504)</u>	<u>(2.079.409)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ADAAP – Associação dos Artistas Amigos da Praça

Demonstrações de resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Valores expressos em reais)

	2014	2013
(Déficit) do exercício	<u>(2.906.504)</u>	<u>(2.079.409)</u>
Resultado abrangente total	<u><u>(2.906.504)</u></u>	<u><u>(2.079.409)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ADAAP – Associação dos Artistas Amigos da Praça

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Valores expressos em reais)

	Patrimônio social	Déficits/superávits acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2009	459.704	704.095	1.163.799
Ajustes de exercícios anteriores	<u>(443.949)</u>	<u>(716.239)</u>	<u>(1.160.188)</u>
Saldos em 1º de janeiro de 2010 (Ajustado)	15.755	(12.144)	3.611
Transferência para o Patrimônio Social	(12.144)	12.144	-
Déficit do exercício	<u>-</u>	<u>(3.607)</u>	<u>(3.607)</u>
Saldo em 1 de janeiro de 2013	-	4.985.913	4.985.913
Déficit do exercício	<u>-</u>	<u>(2.079.409)</u>	<u>(2.079.409)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2013	-	2.906.504	2.906.504
Déficit do exercício	<u>-</u>	<u>(2.906.504)</u>	<u>(2.906.504)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2014	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ADAAP – Associação dos Artistas Amigos da Praça

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Valores expressos em reais)

	2014	2013
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Déficit do exercício		
Ajustes por:	(2.906.504)	(2.079.409)
Depreciação	316.649	212.705
Ajuste alteração práticas contábeis	2.906.504	-
Variação nos ativos e passivos		
(Aumento)/redução nos ativos em		
Recursos vinculados a projetos	(521.193)	2.192.088
Outros créditos	136.311	184.011
Estoques	12.640	9.854
Aumento/(redução) nos passivos em		
Fornecedores	(22.794)	(76.441)
Projetos a executar e obrigações com o estado	392.175	-
Salários, férias e encargos sociais	108.083	(49.866)
Impostos a recolher	(5.522)	43.000
Outras contas a pagar	49.081	96.928
Fluxo de caixa decorrente das atividades operacionais	<u>465.430</u>	<u>532.870</u>
Fluxo de caixa de atividades de investimento		
Aquisição de imobilizado e intangível	<u>(465.430)</u>	<u>(532.870)</u>
Fluxo de caixa decorrente das atividades de investimento	<u>(465.430)</u>	<u>(532.870)</u>
Variação líquida em caixa e equivalentes de caixa	-	-
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	-	-
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	<u>-</u>	<u>-</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em Reais)

1 Contexto operacional

A Associação dos Artistas Amigos da Praça (“Associação”), foi constituída em 10 de junho de 2010, sendo uma Associação sem fins lucrativos, que tem como objetivos:

- a. Desenvolver e administrar projetos sócio-educacionais, culturais e institucionais;
- b. Valorizar a arte e a educação como agentes da transformação social, discutindo questões como, ética, cidadania, inclusão, diversidade e autonomia;
- c. Promover intercâmbios e estágios com Associações públicas e privadas, nacionais e internacionais, com ou sem fins lucrativos, entre os diversos segmentos artísticos como, artes cênicas, literatura, cinema, artes visuais, música, novas mídias entre outros;
- d. Compartilhar com a população os resultados obtidos em suas diversas iniciativas oferecendo atividades culturais de qualidade;
- e. Oferecer à população atividades de formação e difusão cultural em diversas áreas das artes cênicas, literatura, cinema, artes visuais, música, novas mídias entre outras;
- f. Fomentar as atividades artísticas, culturais e educacionais;
- g. Irradiar e fomentar idéias e ações para outras localidades a partir do histórico de intervenções artísticas já realizadas na Praça Roosevelt e seu entorno;
- h. Produzir e lançar bens culturais, tais como: espetáculos teatrais, exposições, publicações, registros audiovisuais e outras atividades e eventos que atendam os objetivos da Associação;
- i. Criar uma rede de relações na qual os alunos de seus diversos departamentos trocarão saberes e competências;
- j. Oferecer à população o acesso gratuito à biblioteca, arquivos e espaço de exposições; a. Prestar serviço de consultoria, curadoria e assessoria para cursos e atividades afins;
- k. Gerenciar e explorar os imóveis e equipamentos cujo uso lhes for permitido, utilizando-os exclusivamente para o fim especificado, vedado o seu uso de forma diversa e ou para qualquer outra finalidade, não podendo cedê-los ou transferi-los, no todo ou em parte a terceiros, exceto quando expressamente autorizado pela autoridade competente, nos termos da legislação em vigor.

Foi publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo o Decreto 43.493 de 04 de junho de 1.998, pelo qual, através do processo SC 155977/2013, da Secretaria da Cultura, com fundamento na Lei Complementar nº 846/98, o Governador do Estado qualificou ADAAP – Associação dos Artistas Amigos da Praça como organização social da área da cultura, de modo a habilitar-se à celebração do contrato de gestão com o Estado, por intermédio da Secretaria da Cultura, observadas, na oportunidade, as normas legais e regulamentares pertinentes.

Em 1 de julho de 2011, a Associação formalizou junto à Secretaria de Estado e Cultura do Governo do Estado de São Paulo, o primeiro aditivo ao Contrato de Gestão referente ao gerenciamento e execução de atividades e serviços com o objetivo de fomentar e operacionalizar a gestão e execução de atividades e serviços na área de formação e das artes cênicas. Vide dados sobre o contrato de gestão na Nota Explicativa nº 6.

2 Base de preparação

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A emissão das demonstrações financeiras foi aprovada pela Administração em 04 de março de 2015.

b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Associação.

d. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

Não há informações sobre julgamentos críticos referente as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

e. Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Associação exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos, descritos na Nota Explicativa nº14 de instrumentos financeiros. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

f. Alteração de política contábil

Até o exercício findo em 2013 o reconhecimento das subvenções e assistências governamentais eram reconhecidas no resultado do exercício. Visando o atendimento integral ao pronunciamento técnico CPC 07 - Subvenção e Assistência Governamentais e à Interpretação ITG 2002, aprovada pela Resolução CFC nº 1.409/12, em 2014 a Associação alterou a política contábil relacionada ao reconhecimento de receitas e de obrigações para com o Estado. Dessa

forma, a partir do exercício de 2014, nas ocasiões em que a entidade recebe um recurso, cujo valor ainda não tenha sido gasto, constitui-se um passivo correspondente e quando há utilização dos recursos vinculados para aquisições de bens dos ativos imobilizado e intangível também é constituída uma obrigação com o Estado – Imobilizado no passivo não circulante. Vide nota explicativa 3b com os critérios de reconhecimento de receita adotados atualmente pela Associação.

A Associação acredita que o reconhecimento da receita de acordo com a ocorrência das despesas apresenta informações mais relevantes sobre a performance da Associação e também uma melhor apresentação de sua situação patrimonial e financeira. A correção de tal prática visa também buscar a consistência com entidades semelhantes que possuem atividades de gestão de projetos sociais, no entanto, a Associação optou pela adequação da política contábil de forma prospectiva, reconhecendo no resultado do exercício o efeito da mudança de política contábil, não observando a correção de períodos anteriores de forma retrospectiva, conforme requerido pelo CPC nº 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. O efeito total de anos anteriores registrado no resultado do exercício foi de R\$ 2.906.504, registrado em contrapartida nas rubricas de “Projetos a executar” no montante de R\$1.344.076 e “Obrigações com o Estado - Imobilizado” no montante de R\$ 1.562.428 no passivo.

3 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras.

a. Instrumentos financeiros

(i) *Ativos financeiros não derivativos*

A Associação reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Associação se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Associação tem seus ativos e passivos financeiros não derivativos registrados pelo valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Associação gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Associação. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativo são reconhecidas no resultado do exercício.

Recebíveis

Recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os recebíveis são

medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os recebíveis abrangem outros créditos.

Recurso vinculados a projetos

Os recursos vinculados a projetos abrangem saldos de caixa e bancos conta movimento.

Passivos financeiros não derivativos

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Associação se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Associação baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou vencida.

A Associação tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores e outras contas a pagar.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

(ii) *Instrumentos financeiros derivativos*

Não houve operações com instrumentos financeiros derivativos durante o exercício de 2014 e 2013, incluindo operações de *hedge*.

b. Apuração do resultado e reconhecimento das receitas e despesas incentivadas

A partir do exercício de 2014, o reconhecimento das receitas e despesas é efetuado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício e de acordo com a NBC TG 07 – Subvenção e assistências governamentais. Os valores recebidos e empregados do Contrato de Gestão e Projetos Especiais originados de contratos com a Secretaria de Cultura, são registrados da seguinte forma:

- **Recebimento dos recursos:** Quando ocorre o recebimento de recursos é reconhecido o débito de recursos vinculados a projetos e o crédito de projetos vinculados a executar no passivo circulante.
- **Consumo como despesa:** Quando ocorrem os gastos do Contrato de Gestão e dos recursos incentivados, são reconhecidas as despesas correspondentes, sendo as despesas reconhecidas em contrapartida ao débito do passivo de projetos vinculados a executar.

c. Imobilizado

(i) *Reconhecimento e mensuração*

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessário.

(ii) *Depreciação*

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado.

As vidas úteis estimadas para os períodos correntes e comparativos são as seguintes:

Móveis e utensílios	10 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos
Software	5 anos
Equipamentos de informática e comunicação	5 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

d. Ativos intangíveis

(i) Reconhecimento, mensuração e amortização

O ativo intangível de vida útil definida é composto pelo direito de uso de programas de computador (software), que são amortizados usando-se método linear à taxa de 20% a.a.

e. Redução ao valor recuperável

(i) Ativos financeiros

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A Administração da Associação não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de provisão.

f. Provisões e passivos circulantes e não circulantes

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Associação possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial.

g. Demais ativos circulantes e não circulante

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data dos balanços.

h. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras.

As despesas financeiras abrangem, basicamente, as tarifas bancárias cobradas pelas instituições financeiras.

i. Receitas com trabalhos voluntários

As receitas com trabalhos voluntários, quando existentes, são mensuradas ao seu valor justo levando-se em consideração os montantes que a Associação haveria de pagar caso contratasse estes serviços em mercado similar. As receitas com trabalhos voluntários são reconhecidas no resultado do exercício como receita no grupo de receitas operacionais em contrapartida nas despesas das atividades culturais. Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 não ocorreram trabalhos voluntários na Associação.

j. Gerenciamento de risco financeiro

A Associação apresenta exposição aos seguintes riscos advindos dos uso de instrumentos financeiros:

- Risco de liquidez
- Risco de mercado

A Associação apresenta informações sobre a exposição de cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Associação, políticas e processos para manutenção e gerenciamento de risco na Nota Explicativa nº 14.

Estrutura do gerenciamento de risco

As políticas de gerenciamento de risco da Associação são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados, para definir limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Associação.

4 Recursos vinculados a projetos

	2014	2013
Caixa	5.058	4.702
Banco conta movimento	1.419	8.215
Aplicações financeiras	2.663.993	2.136.360
	<u>2.670.470</u>	<u>2.149.277</u>

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Esses investimentos financeiros referem-se substancialmente a certificados de depósitos bancários e fundos de renda fixa e são remunerados às taxas que variam entre 96% a 94% do Certificado de Depósito Interbancário – CDI (96% a 95% do Certificado de Depósito Interbancário – CDI em 2013).

Os recursos vinculados a projetos refere-se substancialmente a recursos recebidos pela Associação que serão utilizados exclusivamente nos projetos incentivados, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 6.

5 Ativo imobilizado

	Taxas anuais de depreciação e amortização	Custo	Depreciação acumulada	2014	2013
Móveis e utensílios	20%	719.746	(229.361)	490.385	544.776
Máquinas e equipamentos	20%	867.459	(250.650)	616.809	580.916
Equipamentos de informática e comunicação	5%	558.918	(315.519)	243.399	354.422
Outros		328.517	(27.468)	301.049	482
		<u>2.474.640</u>	<u>(822.998)</u>	<u>1.651.642</u>	<u>1.480.596</u>

Movimentação do ativo imobilizado

	Saldo em 01/01/2013	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2013
Movimentação do custo				
Móveis e utensílios	648.218	54.212	-	702.430
Máquinas e equipamentos	587.647	159.393	-	747.040
Equipamentos de informática e comunicação	286.456	271.759	-	558.215
Outros	571	-	-	571
	<u>1.522.892</u>	<u>485.364</u>	<u>-</u>	<u>2.008.256</u>
Depreciação				
Movimentação da depreciação				
Móveis e utensílios	(91.490)	(66.164)	-	(157.654)
Máquinas e equipamentos	(102.167)	(63.957)	-	(166.124)
Equipamentos de informática e comunicação	(135.277)	(68.516)	-	(203.793)
Outros	(32)	(57)	-	(89)
	<u>(328.966)</u>	<u>(198.694)</u>	<u>-</u>	<u>(527.660)</u>
Saldo líquido	<u>1.193.926</u>	<u>286.670</u>	<u>-</u>	<u>1.480.596</u>
Movimentação do custo				
	Saldo em 01/01/2014	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2014
Móveis e utensílios	702.430	17.316	-	719.746
Máquinas e equipamentos	747.040	120.418	-	867.458
Equipamentos de informática e comunicação	558.215	703	-	558.918
Outros	571	327.945	-	328.516
	<u>2.008.256</u>	<u>466.382</u>	<u>-</u>	<u>2.474.638</u>

ADAAP – Associação dos Artistas Amigos da Praça
Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2014 e 2013

Depreciação	Saldo em			Saldo em
Movimentação da depreciação	01/01/2014	Adições	Baixas	31/12/2014
Móveis e utensílios	(157.654)	(71.707)	-	(229.361)
Máquinas e equipamentos	(166.124)	(84.525)	-	(250.649)
Eq. de informática e comunicação	(203.793)	(111.726)	-	(315.519)
Outros	(89)	(27.378)	-	(27.467)
	<u>(527.660)</u>	<u>(295.336)</u>	<u>-</u>	<u>(822.996)</u>
Saldo líquido	<u>1.480.596</u>	<u>171.046</u>	<u>-</u>	<u>1.651.642</u>

6 Projetos a executar

A seguir apresentamos os contratos em andamento no exercício e sua movimentação demonstrando o total de recursos recebidos pela Associação e os rendimentos financeiros desses recursos, bem como os montantes utilizados na execução dos projetos (consumo).

	Saldo em 31/12/2013	Ajuste contrato de gestão em 01/01/2014 (a)	Valores recebidos / repasses	Captação de Recursos	Rendimentos Financeiros	Consumo	Saldo em 31/12/2014
Contrato de Gestão (09/2013)	-	2.906.504	13.354.251	76.916	289.563	(13.328.555)	3.298.679
	-	2.906.504	13.354.251	76.916	289.563	(13.328.555)	3.298.679
(-) Obrigações com o Estado – Imobilizado	-	(1.562.428)				(148.781)	(1.711.209)
Projetos a executar	-	1.344.076					1.587.470

Valores recebidos/captados – referem-se aos montantes recebidos ou captados para incentivo aos projetos vinculados.

Rendimentos financeiros – referem-se a rendimento das aplicações financeiras dos recursos vinculados aos projetos que, de acordo com a norma contábil, são reconhecidos no ativo em contrapartida aos projetos a executar (Vide Nota Explicativa nº 3.b – práticas contábeis).

Consumo – referem-se aos gastos que foram empregados nos projetos ao longo do exercício social.

Por força do Contrato de Gestão, a Associação está obrigada a cumprir determinadas metas, as quais são trimestralmente avaliadas pela Comissão de Acompanhamento e Avaliação dos Contratos de Gestão da Secretaria de Estado da Cultura. No caso de não cumprimento dessas metas, a Associação poderá sofrer penalidades que podem incorrer em redução dos repasses contratados.

Os relatórios trimestrais relativos ao período de março, junho e setembro de 2014 foram preparados e encaminhados para a Secretaria de Estado da Cultura, sendo aprovados em 20 de maio de 2014, em 19 de agosto de 2014 e 28 de novembro de 2014, respectivamente. A prestação de contas referente ao relatório de atividades anuais será enviado em fevereiro de 2015. Os recursos provenientes do Contrato de Gestão são contabilizados como receitas quando aplicados nos projetos, em decorrência, os montantes ainda não utilizados ficam registrados no passivo circulante na rubrica de projetos vinculados a executar, representando a parcela remanescente a ser aplicada no projeto, acrescida dos rendimentos financeiros auferidos decorrentes de sua aplicação.

(a) Conforme mencionado na nota explicativa 2f, a Associação alterou a prática contábil relacionada ao reconhecimento de receitas e de obrigações para com o Estado, passando a seguir as orientações da Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1409/12, o qual define que as subvenções governamentais devem ser apresentadas como receita diferida, em conta específica do passivo.

Contrato de Gestão

O Contrato de Gestão No 09/2013 tem por objeto o fomento, operacionalização e gestão de atividades e serviços relacionados ao teatro, com processo de formação em artes cênicas, com ênfase em teatro, buscando crescimento artístico, técnico e pessoal, além de cursos de extensão cultural, com as vertentes de iniciação, reflexão e produção, com acesso às etapas de base, aprofundamento e viabilização do fazer artístico com ênfase nas artes cênicas.

O atual Contrato de Gestão, No 09/2013 foi assinado em 27/12/2013 com vigência de 01 de janeiro de 2014 até 30 de junho de 2018.

O valor total do contrato é de R\$72.536.175,00, com expectativa de repasses anuais de:

	RS
Em 2014	13.500.000
Em 2015	14.850.000
Em 2016	16.335.000
Em 2017	17.968.500
Em 2018	9.882.675
	<u>72.536.175</u>

7 Salários, férias e encargos sociais

	2014	2013
Provisão de férias	464.771	400.052
INSS a recolher	237.393	203.832
IRRF a recolher	67.661	61.802
FGTS a recolher	37.136	32.004
PIS a recolher	10.975	9.491
Outros	67	2.739
	<u>818.003</u>	<u>709.920</u>

8 Provisão para contingências

A Associação não é parte (pólo passivo) em nenhuma ação judicial em 31 de dezembro de 2014, conforme confirmação por nosso escritório de assessoria jurídica.

9 Remuneração da Administração

O Estatuto Social da Associação possui previsão de não remuneração dos membros do Conselho de Administração. Dessa forma, a Associação não concede nenhum tipo de remuneração, vantagens ou benefícios, direta ou indiretamente, por qualquer forma ou título, em razão das competências, funções ou atividades que lhes foram atribuídas pelos respectivos atos constitutivos.

10 Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido é composto, substancialmente, pelo patrimônio social e pelos déficits/superávits apurados anualmente.

Em caso de extinção ou desqualificação da Associação, seu patrimônio, legados ou doações, assim como eventuais excedentes financeiros decorrentes de suas atividades, serão destinados integralmente ao patrimônio de outra organização social qualificada no âmbito do Estado, na mesma área de atuação, escolhida pelo Conselho de Administração e o patrimônio do Estado, na proporção dos recursos e bens por este alocados.

11 Despesas com pessoal

	2014	2013
Salários	3.521.948	3.292.694
Encargos sociais	1.637.121	1.680.889
Benefícios	1.143.132	928.616
Férias	408.890	401.627
Serviços de autônomos	403.941	787.034
Décimo terceiro salário	312.149	311.100
Outros	83.847	66.260
	<u>7.511.028</u>	<u>7.468.220</u>

12 Despesas com prestadores de serviços

	2014	2013
Artistas convidados	1.381.823	1.116.533
Vigilância e segurança	257.018	196.235
Limpeza e higiene	201.019	156.876
Assessoria e consultoria contábil e jurídica	198.718	167.295
Informática	117.240	78.156
Outros	129.497	84.980
	<u>2.285.315</u>	<u>1.800.075</u>

13 Despesas gerais e administrativas

	2014	2013
Bolsas auxílio	918.694	903.553
Aluguel	682.894	73.579
Materiais para aula e cursos	461.326	241.007
Água, luz, internet e telefone	215.127	161.278
Intercâmbios e viagens	172.914	187.811
Manutenção	151.970	400.561
Despesas com transportes	118.606	122.085
Material com itens de consumo	69.100	155.763
Despesas com eventos	63.419	278.173
Outros	347.934	413.696
	<u>3.201.984</u>	<u>2.937.506</u>

14 Instrumentos financeiros

A Associação opera apenas com instrumentos financeiros não derivativos que incluem aplicações financeiras e recursos vinculados, assim como contas a pagar e salários, férias e encargos, cujos valores são representativos aos respectivos valores de mercado.

Estimativa do valor justo

Os valores contábeis constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado. Durante este exercício a Associação não efetuou operações com derivativos.

Instrumentos financeiros “Não derivativos”

Todos os ativos financeiros “não derivativos” (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Associação se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

O CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração estabelece uma hierarquia de três níveis para o valor justo, a qual prioriza as informações quando da mensuração do valor justo pela Associação, para maximizar o uso de informações observáveis e minimizar o uso de informações não observáveis. O CPC 38 descreve os três níveis de informações que devem ser utilizadas mensuração ao valor justo:

- **Nível 1** - Preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos;
- **Nível 2** - Outras informações disponíveis, exceto aquelas do Nível 1, onde os preços cotados (não ajustados) são para ativos e passivos similares, em mercados não ativos, ou outras informações que estão disponíveis e que podem ser utilizadas de forma indireta (derivados dos preços);
- **Nível 3** - Informações indisponíveis em função de pequena ou nenhuma atividade de mercado e que são significantes para definição do valor justo dos ativos e passivos.

O processo de mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros da Associação está classificado como Nível 2.

Em função das características e forma de operação bem como a posição patrimonial e financeira em 31 de dezembro de 2014, a Associação está sujeita aos fatores de:

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Associação irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A Abordagem da associação na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Associação.

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros têm nos ganhos da Associação, no valor de suas participações em instrumentos financeiros.

Essas oscilações de preços e taxas podem provocar alterações nas receitas e nos custos da Associação. O Objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Com relação às taxas de juros, visando a mitigação deste tipo de risco, a Associação centraliza seus investimentos em operações com taxas de rentabilidade que acompanham, a variação do CDI - certificado de depósito interbancário e fundos de renda fixa.

15 **Avais, fianças e garantias**

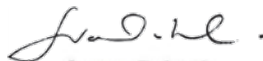
A Associação não prestou garantias ou participou de quaisquer transações como interveniente garantidora durante o exercício de 2014 e 2013.

16 **Renúncia fiscal**

Em atendimento a ITG 2002 – entidade sem finalidade de lucros, aprovada pela resolução CFC n.º 1.409/12, na hipótese dos recursos de subvenção governamental utilizados para custeio das atividades da Associação pudessem ser considerados como receita tributável, estimamos o montante de renúncia fiscal apurada no exercícios de 2014 e 2013, para os seguintes impostos e contribuições e respectivas alíquotas, caso devido fossem, em: ISS (5% sobre o montante das Receitas Operacionais) R\$ 651.950 em 2014 e R\$ 500.035 em 2013; Pis/Cofins (3,65% incidentes sobre a Receita Bruta, diminuídos do PIS Fopag apropriado) R\$452.220 em 2014 e R\$ 339.836 em 2013; IRPS e CSLL (34% incidentes sobre o resultado do exercício) R\$ 0 em 2014 e 2013.

Ressaltamos que tratam-se de cálculos estimados de renúncia fiscal abrangendo os principais impostos e contribuições em função da Entidade não ter a obrigação de possuir escrituração fiscal, tal como, escrituração do LALUR, em função de sua natureza de entidade sem fins lucrativos.

* * *



Ivam Cabral
Diretor Presidente



Ivan Szoboslay
Contador

CRC 1SP204074/O-1